



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 30 , DE 07 DE MAIO DE 2015

*Altera a Portaria nº 07, de 31 de janeiro de 2014, que regulamenta o art. 18, da Portaria n.º 526, de 26 de agosto de 2013, da Procuradoria Geral Federal/AGU e regulamenta procedimentos relativos a processos judiciais. (Processo nº 02070.000252/2012-82.)*

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – INSTITUTO CHICO MENDES**, no uso de suas competências que lhes são conferidas pelo art. 21 do Decreto 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2011, e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Casa Civil da Presidência, publicado no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012; e tendo em vista o disposto na Portaria PGF/AGU nº 526, de 26 de agosto de 2013, e o que consta dos autos administrativos nº 02070.000252/2012-82, resolve:

Art. 1º Esta Portaria acrescenta o art. 19-A à Portaria ICMBio nº 07, 31 de janeiro de 2014, publicada no DOU de 05 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A Portaria ICMBio nº 07, 31 de janeiro de 2014, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A à Seção II – Dos Processos e Atos Administrativos Judicializados:

*Art. 19-A Os servidores destinatários de comunicação física ou eletrônica da Procuradoria com decisões judiciais, ou outros documentos apresentados pelas partes em ação judicial, deverão zelar pela sua juntada nos processos administrativos relacionados, ao tema que estejam localizados nas diretorias, divisões e demais setores em que estejam lotados ou efetivamente atuando.*

*§1º Os servidores que receberem os documentos referidos no caput por comunicação da Procuradoria e não tiverem atribuição para o cumprimento da ordem judicial ou atendimento da providência de juntada dos documentos aos processos administrativos correspondentes deverão dar conhecimento imediato de tal circunstância à Procuradoria ou encaminhá-los para o setor responsável pelo seu atendimento.*

*§2º No caso do §1º deste artigo, e em se tratando de documentação física, o envio da documentação pode ser adiantado pela sua introdução no SGDOC, seguido da ciência de tal providência ao setor destinatário, ou, ainda, por envio por meio de correio eletrônico, devendo, de qualquer forma, ser mantido o envio físico do documento ao setor responsável pelo seu atendimento.*


*§3º Eventuais documentos que já constem dos autos administrativos não precisam ser objeto de nova juntada, salvo na hipótese de se tratar da via original e conste do processo apenas a sua respectiva cópia.*

*§4º Eventuais decisões judiciais trazidas por terceiros deverão ser encaminhadas com máxima brevidade para ciência e análise prévia da Procuradoria quanto aos*

*seus termos, hipótese em poderá ser adotado o procedimento previsto no §3º do art. 20 desta Portaria.*

*§5º Em casos excepcionais e urgentes de dívida em torno do cumprimento de ordem judicial em que o servidor responsável pelo seu atendimento avaliar que inexistente tempo hábil para contato via correspondência eletrônica, deverá ser feito contato telefônico com a Procuradoria.*

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**ROBERTO RICARDO VIZENTIN**  
Presidente



§ 1º encerrada a oitiva, o termo de depoimento ou interrogatório lavrado será disponibilizado por meio do próprio sistema de videoconferência ou, ainda, via mensagem eletrônica, para leitura do depoente e do acusado na sala de audiência em que se encontrarem, devendo o secretário ad hoc adotar as providências necessárias para efetivação de tal medida.

§ 2º Não havendo outros esclarecimentos a serem prestados, o termo lavrado, em que se fará constar onde a defesa se fez presente para acompanhar o ato, quando for o caso, será impresso e assinado pela testemunha ou pelo interrogado e, em seguida, pelos demais presentes no local, devendo constar da ata de audiência a distância a assinatura de todos que acompanharam a realização do ato.

§ 3º Caso a defesa requiera novos esclarecimentos, deverá o presidente da Comissão dar continuidade ao ato para nova questionação, reatando-se o procedimento previsto neste artigo até a conclusão do ato.

Art. 10 Havendo viabilidade técnica, os arquivos de áudio e vídeo gerados durante a audiência a distância serão gravados em meio eletrônico adequado, o qual, logo seja possível, será juntado aos autos do Procedimento Apaturoso Disciplinar fim de possibilitar futuras consultas.

Parágrafo único. Nos casos de inviabilidade técnica do próprio equipamento de videoconferência, a audiência a distância poderá ser gravada, por meio de equipamento auxiliar, em cada um dos locais em que esta venha a ocorrer, devendo o arquivo gerado ser gravado em mídia eletrônica adequada para posterior juntada aos autos do processo.

Art. 11 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

## PORTARIA Nº 29, DE 7 DE MAIO DE 2015

Cria o Conselho Consultivo do Monumento Natural do Rio São Francisco, nos estados da Bahia, Alagoas e Sergipe (Processo nº 02070.002837/2012-37).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011, e pela Portaria nº 411-MMA, de 29 de outubro de 2010,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto nº 9.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS;

Considerando o Decreto nº 9.243/2014, de 05 de julho de 2009, que criou o Monumento Natural do Rio São Francisco;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 5 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICMBio nº 02070.002837/2012-37, resolve:

Art. 1º O Conselho Consultivo do Monumento Natural do Rio São Francisco é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS:

- Órgãos públicos ambientais dos três níveis da Federação;
- Órgãos do Poder Público de áreas afins, dos três níveis da Federação.

II - USUÁRIOS DO TERRITÓRIO DE INFLUÊNCIA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:

- Sector de Turismo;
- Sector Agropecuario;
- Sector de Piscicultura;
- Sector de Pesca.

III - COMUNIDADE LOCAIS:

- Povos e comunidades tradicionais;
- Carindé de São Francisco;
- Delmiro Gouveia;
- Paulo Afonso;
- Piranhas;
- Olhos D'água do Casado.

IV - INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:

- Instituições de Ensino e Pesquisa.

§ 1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representadas de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério da paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§ 2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo chefe do Monumento Natural do Rio São Francisco ao Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2º O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Monumento Natural do Rio São Francisco, que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Monumento Natural do Rio São Francisco são previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que o remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

## PORTARIA Nº 30, DE 7 DE MAIO DE 2015

Altera a Portaria nº 07, de 31 de janeiro de 2014, que regulamentou o art. 18, da Portaria nº 526, de 26 de agosto de 2013, da Procuradoria Geral Federal/AGU e regulamenta procedimentos relativos a processos judiciais. (Processo nº 02070.000252/2012-82.)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo art. 21 do Decreto 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2011, e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Casa Civil da Presidência, publicado no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012; e tendo em vista o disposto na Portaria PGF/AGU nº 526, de 26 de agosto de 2013, e o que consta dos autos administrativos nº 02070.000252/2012-82, resolve:

Art. 1º Esta Portaria acrescenta o art. 19-A à Portaria ICMBio nº 07, 31 de janeiro de 2014, publicada no DOU de 05 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A Portaria ICMBio nº 07, 31 de janeiro de 2014, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A à Seção II - Dos Processos e Atos Administrativos Judicializados:

Art. 19-A Os servidores destinatários de comunicação física ou eletrônica da Procuradoria com decisões judiciais, ou outros documentos apresentados pelas partes em ação judicial, deverão zelar pela sua juntada nos processos administrativos relacionados ao tema que estejam localizados nas diretorias, divisões e demais setores em que estejam lotados ou efetivamente atuando.

§ 1º Os servidores que receberem os documentos referidos no caput por comunicação da Procuradoria e não tiverem atribuição para o cumprimento da ordem judicial ou atendimento da providência de juntada dos documentos aos processos administrativos correspondentes deverão dar conhecimento imediato de tal circunstância à Procuradoria ou encaminhá-los para o setor responsável pelo seu atendimento.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, e em se tratando de documentação física, o envio da documentação pode ser adiantado pela sua introdução no SGDOC, seguido da ciência de tal providência ao setor destinatário, ou, ainda, por envio por meio de correio eletrônico, devendo, de qualquer forma, ser mantido o envio físico do documento ao setor responsável pelo seu atendimento.

§ 3º Eventuais documentos que já constem dos autos administrativos não precisam ser objeto de nova juntada, salvo na hipótese de se tratar da via original e conste do processo apenas a sua respectiva cópia.

§ 4º Eventuais decisões judiciais trazidas por terceiros deverão ser encaminhadas com máxima brevidade para ciência e análise prévia da Procuradoria quanto aos seus termos, hipótese em poderá ser adotado o procedimento previsto no § 3º do art. 20 desta Portaria.

§ 5º Em casos excepcionais e urgentes de dúvida em torno do cumprimento de ordem judicial em que o servidor responsável pelo seu atendimento avaliar que inexistente tempo hábil para contato via correspondência eletrônica, deverá ser feito contato telefônico com a Procuradoria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

## Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL CIVIL  
E CARREIRAS TRANSVERSAIS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ROTINAS  
DA FOLHA DE PAGAMENTO  
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS INDENIZATORIOS

## PORTARIA Nº 40, DE 6 DE MAIO DE 2015

O Coordenador de Produção da Folha de Pagamento de Benefícios Indenizatórios da Coordenação-Geral de Gestão de Rotinas da Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoal Civil e Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do inciso II do art. 33 do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05100.009136/2014-84, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada em favor de RO-DOLFO HENRIQUE SOARES PEREIRA, CPF 488.594.638-74, filho menor do anistado político EFIGENIO DE SOUZA PEREIRA, CPF nº 010.819.648-80, Matrícula SIAPE 1571488, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com efeito financeiro a partir de 1º de setembro de 2014, data de falecimento do anistado, observado o período prescricional.

WILLIAM CLARFF TORRES

## Ministério do Trabalho e Emprego

## GABINETE DO MINISTRO

## PORTARIA Nº 595, DE 7 DE MAIO DE 2015

Incluir Nota Explicativa no Quadro Anexo à Portaria 518/2003, que dispõe sobre as atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radioativas.

MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º Incluir Nota Explicativa no final do Quadro Anexo da Portaria 518, de 4 de abril de 2003, DOU 7/4/2003, que dispõe sobre as atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radioativas, com a redação que se segue:

Nota Explicativa:  
1. Não são consideradas perigosas, para efeito deste anexo, as atividades desenvolvidas em áreas que utilizam equipamentos móveis de Raios X para diagnóstico médico.

2. Áreas tais como emergências, centro de tratamento intensivo, sala de recuperação e leitos de internação não são classificadas como salas de irradiação em razão do uso do equipamento móvel de Raios X.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

## PORTARIA Nº 597, DE 7 DE MAIO DE 2015

Altera o item 18.14 - Movimentação e Transporte de Materiais e Pessoas - da Norma Regulamentadora nº 18 (NR18) - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os arts. 155 e 200 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º O item 18.14 - Movimentação e Transporte de Materiais e Pessoas - da Norma Regulamentadora nº 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, aprovada pela Portaria 3.214/1978, passa a vigorar com as seguintes alterações:

18.14.1.2.1 O disposto no item 18.14.1.2 não se aplica aos elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de material, que devem ser projetados, dimensionados e especificados tecnicamente por profissional legalmente habilitado.

18.14.21.16.1 O disposto no item 18.14.21.16 não se aplica:

- aos elevadores tracionados com um único cabo para transporte exclusivo de material, instalados até 05/2015;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.